

PARECER ANTROPOLÓGICO
SOBRE OS LIMITES TERRITORIAIS
DA ÁREA INDÍGENA URUEU-WAU-WAU

Maria Lúcia de Macedo Cardoso

Relatório apresentado à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento do Governo de Rondônia, como parte dos trabalhos do Grupo de Trabalho Especial FUNAI/Governo de Rondônia/MIRAD, criado pela Portaria PP nº 630/88 da FUNAI, 08/06/88.

Porto Velho, fevereiro de 1989

Introdução	01
I - Histórico da ocupação e demarcação do território Urueu-wau-wau	05
II - Características Físicas da Área	16
III - A Cultura Urueu-wau-wau e sua adaptação ao meio ambiente	21
IV - A Colonização em Rondônia e o PAD Burareiro	27
V - Conclusão	33
Bibliografia	36
Mapas da Área Indígena Urueu-wau-wau	
. Hipsometria/Declividade/Ocupação	
. Vegetação	
. Declividade/Vegetação	

INTRODUÇÃO

Em junho de 1988 foi criado um Grupo de Trabalho Especial constituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - Mirad e Governo do Estado de Rondônia - representado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de rever os limites da Área Indígena Urueu-wau-wau, localizada em Rondônia e criada pelo decreto nº 91.416 da Presidência da República, de 9 de junho de 1985.

O presente relatório é o resultado de uma consultoria à Secretaria de Agricultura e Abastecimento - como parte dos trabalhos do GTE - que se propõe a fazer uma análise do ponto de vista antropológico sobre os limites territoriais da referida área. A pesquisa constituiu-se em duas etapas: um levantamento de dados em instituições como Funai, Mirad, IBDF, IBGE, Seplan/RO e Conselho Indigenista Missionário; e o trabalho de campo, detalhado a seguir.

Foram realizadas três viagens à área, perfazendo um total de aproximadamente 30 dias, entre os meses de julho e setembro de 1988. Conheci cinco dos seis postos mantidos pela Funai e tive contato com pelo menos alguns membros de cada um dos sub-grupos Urueu-wau-wau conhecidos.

Na primeira viagem foi feito um sobrevôo de helicóptero junto com os agrônomos Raimundo Nonato Paiva e Irajá Cosmala, do Mirad e da Seagri, respectivamente, e o responsável

pela área, o indigenista Hugo Pedro da Silva. A princípio, o objetivo deste sobrevôo seria plotar no mapa as malocas e roças conhecidas e fazer uma vistoria por toda a área para localizar outros possíveis aldeamentos. Entretanto, os trajetos de vôo se limitaram, em grande parte, aos pontos já conhecidos (malocas e postos), e mesmo assim nem todos foram localizados, devido a um erro nas coordenadas do mapa que dispúnhamos. Apesar de termos tempo disponível para fazer um "pente fino" na região, havia problemas para o abastecimento do helicóptero. Caso houvesse sido feito um planejamento do sobrevôo adequado a este objetivo, a questão poderia ter sido resolvida colocando-se tambores de querosene em pontos estratégicos.

Por outro lado, as dificuldades em observar a ocupação indígena são muitas. Primeiro porque o raio de visão a partir do helicóptero é relativamente pequeno, ao menos para uma observação detalhada. Um aldeamento urueu-wau-wau consiste em uma ou duas malocas, com um mínimo de área desmatada ao seu redor, tornando-a visível apenas quando se está próximo. Além do mais, os "tapiris" (*) são impossíveis de serem vistos, pois estão embaixo das copas das árvores. Segundo os Urueu-wau-wau, existe um outro grupo indígena na área, denominado Uruparaquara, que não utiliza malocas, apenas tapiris, o que torna impraticável sua localização por via aérea. O sobrevôo foi útil, no entanto, para se ter uma noção geral dos diferentes ambientes naturais da região que, somado à pesquisa de campo e ao estudo bibliográfico, me permitiram formar uma idéia geral sobre o modo de ocupação deste grupo indígena.

Foi ainda na primeira viagem que passei uma maior parte do tempo em contato com os índios. Enquanto fazíamos o sobrevôo, permanecemos no Posto Comandante Ari, quando foi possível conversar com algumas pessoas do sub-grupo do Djaí, um dos líderes Urueu-wau-wau, com a ajuda de um rapaz que falava algo de português. Também fizemos uma pequena visita à maloca mais

(*) Tapiris são pequenas coberturas de palha amplamente utilizadas pelos grupos indígenas da região em pontos estratégicos, já que passam a maior parte do ano fazendo longas caminhadas, quando pescam, caçam, coletam frutos e fazem pequenos cultivos.

próxima (cerca de 12 km), onde vive uma família. Mas no Posto Jamari, onde fiquei depois da última etapa do sobrevôo, é que permaneci quase duas semanas em companhia dos índios uma vez que aí se encontrava um dos sub-grupos, composto de 21 pessoas. Também estava um índio Parintintim - Vigoberto - que me auxiliou como intérprete. Assim, obtive dados através de entrevistas, quando procurava informações mais objetivas, em particular com relação à forma de ocupação espacial, e através da observação direta do cotidiano urueu-wau-wau.

Pretendia, na segunda viagem, complementar os dados obtidos no Jamari, permanecendo uns 10 dias com o sub-grupo Mondawa, cuja maloca fica próxima ao Posto Indígena Trincheira. Infelizmente, não foi possível pois contraí uma malária e tive que retornar às pressas para Porto Velho. Apesar de não ter ido até a maloca, consegui algumas informações com os índios que visitavam o posto, também com o auxílio de dois rapazes que falam um pouco de português. Na ida, passamos pelo PI 621, onde se encontrava outro sub-grupo, e pude confirmar alguns dados obtidos anteriormente.

A última viagem restringiu-se a averiguar a ocupação efetiva dos colonos na parte do PAD Burareiro que se sobrepõe à Área Indígena, passando, na volta, por Ariquemes, onde foi feita uma visita à sede regional do Mirad.

De uma maneira geral, o método que usei nas entrevistas com os índios, na observação diária e nas conversas com funcionários da Funai consistia em abordar um mesmo assunto várias vezes, isto é, com a mesma pessoa em dias diversos e com pessoas diferentes. Tanto com relação às informações sobre as quais já tinha alguma referência nas leituras que realizei antes do trabalho de campo, como no que se refere a informações inéditas. Assim, nenhum dos dados de campo sobre os quais me baseio para elaborar o presente trabalho foi obtido de apenas uma fonte; eles são produto de diversas conversas, com pessoas variadas e, eventualmente, de estudos bibliográficos.

*

*

*

Este relatório está organizado em cinco partes, além da introdução. Inicialmente, faço, em linhas gerais, uma retrospectiva histórica da ocupação espacial dos Urueu-wau-wau, dos principais conflitos com a sociedade nacional, e do processo de demarcação de seu território. O objetivo desta primeira parte é localizar historicamente a situação concreta hoje vivida por estes índios.

Na segunda parte procuro sintetizar as principais características físicas da área demarcada, uma vez que é impossível compreender o modo de ocupação dos índios sem ter noções gerais sobre o meio ambiente que habitam. Além do mais, se sobre põe à área indígena, em quase metade de sua extensão, o Parque Nacional do Pacaas Novos, área de preservação administrada pelo IBDF, que deve ser levado em consideração ao se pensar qualquer medida que atinja a região.

A terceira parte refere-se à cultura Urueu-wau-wau e sua adaptação ao meio ambiente. Também, em linhas gerais, traço as principais características da organização social deste povo, direcionando sempre para a sua relação com o espaço que habitam. É ainda nesta parte que coloco as informações existentes sobre outros grupos indígenas que ocupam a mesma área.

A questão da colonização e dos conflitos existentes na área são tratados na quarta parte. É dada uma ênfase especial à região que incide o PAD Burareiro com a área indígena. Aqui me restrinjo apenas às situações atuais, uma vez que o histórico destes conflitos está extensamente descrito nos relatórios da FIPE/Polonoroeste.

A última parte é a conclusão propriamente dita, onde, a partir do que foi analisado nas partes anteriores, faço um exame dos limites territoriais da área, sugerindo algumas providências a serem tomadas imediatamente.

I - HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO URUEU-WAU-WAU

A Amazônia é considerada, por grande parte da sociedade brasileira, como uma região inabitada - o famoso "vazio demográfico" - que deve ser colonizada por migrantes oriundos de outras regiões do país. Ignora-se, assim, a ocupação milenar por centenas de povos em toda sua extensão. Apesar das dificuldades das pesquisas arqueológicas, sabe-se que há pelo menos 40.000 anos existem populações vivendo na Amazônia; e Rondônia provavelmente foi uma das portas de entrada destes primeiros habitantes. Tanto os trabalhos arqueológicos, quanto um mapeamento etnológico dos grupos indígenas contemporâneos mostram uma grande concentração de culturas Tupi nesta região há milhares de anos, ao longo dos quais os deslocamentos têm sido uma prática constante.

Linguisticamente, os Urueu-wau-wau são classificados como um grupo Tupi-kawahib, da família Tupi-guarani, do tronco Tupi. Apesar de ainda não existir nenhum estudo linguístico sobre seu idioma, a extrema facilidade que se comunicam com índios Parintintim e Tenharim não deixa dúvidas de que as diferenças existentes são apenas de ordem dialetal. Também fiz algumas comparações a partir do dicionário de Betts (1981), Parintintim-Português, que só confirmam a hipótese. Esses pressupostos linguísticos são extremamente importantes, em especial para recompor a história recente deste povo.

Desta forma, os Urueu-wau-wau pertencem à etnia

Tupi-kawahib, bem como os outros povos mencionados acima. Apesar de os dados históricos serem escassos, pode-se traçar em linhas gerais a trajetória deste povos nos últimos dois séculos a partir, principalmente, dos trabalhos de Nimuendaju (1924, 1925 e 1948), Lévi-Strauss (1948 e 1981) e Menéndez (1982).

As notícias mais remotas dos Tupi-kawahib, segundo Nimuendaju, datam de 1797, localizando-os entre a confluência dos rios Juruena e Arinos e a boca do rio São Manoel, no atual estado do Mato Grosso. Situam-se, portanto, dentro do amplo território entre os rios Tapajós e Madeira, ocupado, predominantemente, por povos de origem Tupi, sendo considerada por Galvão (1979) como uma mesma "área cultural", devido à proximidade étnica da população, distinguindo, ainda, duas sub-áreas formadas pelas tribos Kawahib e pelos Munduruku. Uma das principais características da região nos séculos XVIII e XIX é a grande mobilidade espacial destes povos, determinada mais pelos conflitos intertribais, dado à estreita interação entre os grupos, que pelas pressões da sociedade nacional.

Os deslocamentos deram-se sobretudo no sentido norte-sul e, a partir da segunda metade do século XIX, não se tem mais notícias dos Tupi-kawahib nos rios Juruena e Arinos (Menéndez, 1982:365). No início deste século são localizados no rio Machado e seus afluentes da margem esquerda e direita, entre os rios Muqui e Riosinho, e no rio Branco, afluente do Roosevelt. Por sua vez, os então já denominados Parintintim ocupavam a região entre o rio Madeira, o Marmellos e o Machado, na altura de Calama. Desta forma, os antepassados dos Urueu-wau-wau podem ter vindo tanto do rio Machado, pelos seus afluentes da margem esquerda, como o Urupá e Muqui, cujas cabeceiras estão na área demarcada, assim como podem ter vindo do rio Madeira, pelo Jamari, Candeias e Jaci-Paraná, que nascem na mesma área.

Como disse anteriormente, durante o século XVIII e parte do século XIX, os deslocamentos Tupi-kawahib deram-se, sobretudo, devido a conflitos intertribais. No entanto, em fins do século XIX e início deste, diferentes segmentos da sociedade nacional começaram a entrar e ocupar a região e os conflitos com os índios tornaram-se constantes. Na corrida por minérios e pela

borracha diversos grupos Tupi-kawahib foram exterminados, outros tantos "integrados" e alguns conseguiram escapar, se interiorizando cada vez mais. Segundo Lévi-Strauss (1948), ao comparar informações colhidas por Rondon com seus próprios dados, um dos grupos Tupi-kawahib que em 1915 tinha uma população de 300 pessoas, em 1938 eram apenas sete. A violência do contato era brutal, e as doenças trazidas pela "civilização" foram responsáveis por muitas mortes.

Desde meados do século se tem notícias de índios que ocupam esta região central de Rondônia, entre os cursos médios dos rios Jamari, Candeias e Jaci-Paraná, ao norte, as cabeceiras do rio Pacaas Novos e o rio Cautário a oeste, a Serra dos Uopianes e o rio São Miguel ao sul, e os rios Muqui, Urupá, Jarú e Canaã a leste. Particularmente, os relatórios do extinto Serviço de Proteção aos Índios - SPI, estão repletos de menções sobre conflitos de seringalistas, seringueiros e garimpeiros com índios (*). Apesar da dificuldade em distinguir a que etnia pertencia o grupo que atacava ou era atacado, vários destes relatos apontam características peculiares aos Urueu-wau-wau (como a recusa de tabaco, a tatuagem facial e a língua), assim como apontam semelhanças entre índios que entravam em conflito, por exemplo, no rio Cautário com aqueles no rio Muqui, através, principalmente, do tipo de flecha utilizada. Assim, embora muitos destes ataques possam ter sido causados por outros grupos indígenas como os Pacaas Novos ou Orowin, não resta dúvida que grande parte desse território era ocupado pelos descendentes dos Tupi-kawahib que se recusavam a entrar em contato com os brancos, como menciona Lévi-Strauss (1948:300), e que cada vez mais foram se interiorizando para escapar das pressões das frentes colonizadoras.

É interessante notar que a configuração geográfica desta região (detalhada na próxima parte) forma diversas barreiras naturais devido às serras e às extensas áreas de campo, não sendo de interesse das principais frentes de expansão da sociedade nacional. Os rios de porte médio como o Jamari, o Candeias, Jaci-

(*) Para um exame mais aprofundado destes relatórios, veja Leonel e Leão (1984) e Leonel (1988).

-Paraná, Pacaas Novos, Cautário, São Miguel, Muqui, Urupá e Canaã, constituíam-se nas áreas de maior interesse, uma vez que as seringueiras encontram-se, em grande maioria, nas suas várzeas. Assim, se por um lado estes rios tornam-se o cenário dos principais conflitos entre índios e brancos, por outro lado observa-se uma certa tendência ao confinamento dos Urueu-wau-wau nas cabeceiras, uma vez que as dificuldades de acesso a estas regiões pelos seringueiros era maior.

Não se pode deixar de ressaltar, no entanto, a luta permanente que os Urueu-wau-wau têm travado em defesa de seu território, onde as barreiras naturais constituíam-se mais como um aliado. Os relatos da época referem-se a este povo como "bravos e temidos", e é importante notar como os mapas e mesmo os documentos que comprovam a ocupação ao longo do século, colocam como pontos máximos conhecidos e explorados pelos "civilizados" trechos dos rios localizados pouco acima da área demarcada. Esses pontos extremos tornaram-se palco de inúmeros conflitos e mortes, e muitos foram abandonados, como é o caso da Fazenda Alta Lídia e do Seringal Antuérpia, no rio Jamari.

Propostas de demarcação: 1946 - 1978

O Serviço de Proteção aos Índios - SPI, apesar de frequentemente restringir seu trabalho à "pacificação" dos índios para que se pudesse afetar a implantação de seringais e firmas de mineração em suas terras, reconhecia o território no centro de Rondônia como de ocupação indígena, chegando a pedir a interdição desta área ao Governo do Território por diversas vezes.

A primeira tentativa foi em 1946, solicitando a interdição da bacia do rio Jamari e do rio Nova Floresta, até a Serra do Pacaas Novos. Esta região era tida como ocupada por índios "bravos", na época chamados de "Boca Preta" (uma alusão

ao tipo de tatuagem que os Urueu-wau-wau usam). O Governo do Território emitiu um despacho favorável à criação de uma reserva indígena nesta área, entretanto, não houve nenhum procedimento no sentido de demarcá-la e vigiá-la.

Quase 20 anos depois, em abril de 1964, o SPI interdita a região do rio Pacaas Novos, onde está situado o Seringal São Luiz, de propriedade do Sr. Manoel Lucindo, ou seja, logo após o massacre dos índios Oro-win, sobre o qual o Sr. Lucindo responde a processo judicial. No entanto, até hoje a área permanece ocupada e o processo encontra-se engavetado, apesar de não existir nenhum decreto que tenha desinterditado a área.

Os conflitos entre índios e brancos continuaram em toda a região, levando o SPI, em 1966, a fazer novo pedido de interdição ao Governo do Território. A área proposta é a mais abrangente de todas, uma vez que estão incluídos o rio Sotério e o Cautário, este a partir de sua foz. Apesar de não se dispor de informações sobre a emissão de despacho favorável, sabe-se que não foi tomada nenhuma providência prática no sentido de assegurar esse território para os índios.

A tentativa seguinte foi em 1973, quando a Funai propõe uma área menor que, segundo uma carta do Sertanista Benamar Fontes, de 17/04/78, esclarece:

"[A área] foi estudada visando deixar de fora os seringais da firma Saul Bennesby & Cia. (seringal São Tomé), no rio Cautário e Manoel Lucindo (seringal São Luiz) no rio Pacaas Novos, afluente do rio Madeira; pelo outro lado da Serra dos Parecis, ficou de fora as Minerações Mibrasa, São Domingos e outras..., nas cabeceiras do rio Candeias e Jamari".

Percebe-se, portanto, um interesse claro em beneficiar estas firmas em detrimento dos Urueu-wau-wau, uma vez que se tratavam de terras ocupadas tradicionalmente pelos índios, confirmada, inclusive, pelas propostas anteriores.

Em 1977, Benamar Fontes elabora um "plano de atração" para contatar estes índios, ao qual segue um pedido de interdição da área que, apesar de assegurar parte das fronteiras oeste

e sul do território Urueu-wau-wau, deixa de fora regiões importantes como a bacia do Jamari. Reconhece, no entanto, uma extensa área como de perambulação. Na realidade, o contato ainda não tinha se realizado e pouco se sabia a respeito desses índios além dos conflitos com seringueiros e garimpeiros. Em 26/6/78 é interditada a área proposta em 1973, com 879.800 ha. , pela portaria 508/N, com o objetivo de garantir um mínimo de segurança para que pudessem começar os trabalhos de contato com os Urueu-wau-wau.

Os ataques continuam e, em 1979, morrem no rio Nova Floresta vários colonos recém assentados pelo INCRA no Projeto Burareiro. Os trabalhos de contato são iniciados em 1980, quando a 8ª DR da Funai pede uma alteração da portaria de interdição, incluindo na área a Cachoeira de São Benedito, no Jamari, em direção às suas nascentes, com 15 km em cada margem, assim como o rio Nova Floresta até o Candeias, uma vez que tinham comprovado a presença indígena nesta região. Em 11/02/80 é emitido um ofício (Nº 0099/8ªDF/80) do Chefe do Setor Administrativo da 8ªDR/Funai para a Coordenadoria Especial do INCRA em Rondônia solicitando providências no sentido de paralisar qualquer atividade desenvolvida por esse Instituto nas proximidades dos rios Jamari e Nova Floresta, advertindo da possibilidade de ocorrência de novos ataques dos índios.

Foi nesta época, ainda, que o IBDF cria o Parque Nacional do Paka Nova, pelo decreto nº 84.019 de 21/09/79, cuja área estava incluída dentro do território tradicional dos Urueu-wau-wau. O parque foi criado com o objetivo de preservar uma importante região de transição ecológica entre o cerrado e a floresta tropical, com as Serras dos Pacaas Novos e Uopianes, além de estarem aí as principais nascentes dos rios formadores das três maiores bacias hidrográficas de Rondônia: Guaporé, Mamoré e Madeira.

As expedições da Funai na área prosseguiram e, em 1981, estabeleceram os primeiros contatos com os índios. Mas apenas dois anos depois conseguiram intérpretes, através de índios Parintintim e Karipuna, tornando-se possível a obtenção de informações com os próprios Urueu-wau-wau sobre a ocupação do território e a população.

O processo de delimitação da área

O POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), que abrange Rondônia e parte do Mato Grosso, começou a ser implantado em 1981, financiado parcialmente pelo Banco Mundial. Seus principais objetivos eram o asfaltamento da BR 364 (no trecho Cuiabá-Porto Velho), a construção de estradas vicinais, o assentamento de colonos e a criação de infra-estrutura para os projetos de colonização. Em contrapartida ao financiamento externo, o Governo Brasileiro assumiu o compromisso em dar assistência às comunidades indígenas e demarcar seu território na área de influência do Programa, bem como a avaliação permanente do impacto ambiental na região. É dentro deste contexto que a Área Urueu-wau-wau conseguiu ser demarcada, em 1985.

Em 83 a equipe do Polonoroeste/FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que prestava consultoria ao Polo) começa os trabalhos sobre este grupo indígena, pressionando, junto com a Funai, para a urgente demarcação da área. Em novembro de 84 elaboram um extenso relatório de avaliação da situação dos Urueu-wau-wau, onde recomendam a imediata demarcação da área proposta pelo Grupo de Trabalho (Portaria 1767/E/84), que define uma área de 1.888.000 ha.

Gostaria de tecer alguns comentários com relação à proposta. Vimos que, através de uma retrospectiva histórica, ainda que em linhas gerais, é possível localizar a trajetória de migração Urueu-wau-wau e compreender os motivos que os levaram a ocupar o atual território no centro de Rondônia. Por sua vez, os relatos da Comissão Rondon, do SPI e mesmo de alguns seringueiros nos permitem recompor o território utilizado pelos índios durante o século XX. Estes dados apontam sempre para a região compreendida entre os rios Jamari, Candeias, Jaci-Paraná, Pacaas Novos, Sotério, Cautário, São Miguel, Urupá, Muqui e Canaã. O próprio SPI, através de suas propostas de interdição - em que cada uma procura garantir diferentes partes desta área - reconhece a ocupação tradicional destes índios. Por outro lado, os conflitos

recentes com seringueiros, garimpeiros e colonos vêm confirmar diversos destes pontos, em particular nos rios Jamari, Nova Floresta, Cautário, São Miguel e nos limites leste, onde a frente colonizadora se tornou mais intensa. Assim, apenas com estas informações, pode-se ter uma noção geral do território Urueu-wau-wau.

É importante lembrar que, em 1984, já haviam se passado três anos de contato. Apesar de poucas informações, o conhecimento sobre este povo era indubitavelmente maior que, por exemplo, em 1978 quando foi interditada a área de 879.800 ha., além de se contar com dados de ordem histórica sistematizados. Com o auxílio de intérpretes, técnicos da Funai e da FIPE conseguiram localizar algumas aldeias e saber quais as principais áreas utilizadas pelos índios contatados nas suas atividades de subsistência. Outro dado importante que foi levado em consideração era a existência de outros sub-grupos Urueu-wau-wau ainda não conhecidos, e mesmo de grupos pertencentes a etnias diferentes, dos quais se obteve algumas notícias. Portanto, o conjunto destas informações formava um novo quadro sobre a situação dos Urueu-wau-wau e da área ocupada que, juntamente com os dados históricos, permitiam delinear os principais limites de seu território e até mesmo discutí-lo com os índios contatados. A margem de erro havia diminuído consideravelmente desde 1978.

A demarcação de um território indígena é um instrumento da sociedade nacional - e não dos índios - que, na realidade delimita o avanço da nossa sociedade sobre as terras indígenas. A história demonstra, e o caso dos Urueu-wau-wau é bem ilustrativo, que os povos indígenas vêm sofrendo uma brutal redução de seus territórios, em detrimento de um desenvolvimento - por si só questionável - da sociedade brasileira. A demarcação, portanto, é uma tentativa de freiar este avanço, levando em consideração o espaço necessário para a sobrevivência física e cultural destes povos. Infelizmente, a maioria dos grupos indígenas têm seus territórios demarcados após muitos anos de lutas, quando os efeitos do contato já se fazem presentes de forma violenta, como a depopulação (causada por doenças "brancas" ou pelo assassinato em massa), e o processo de desestruturação sócio-cultural. Assim, a

demarcação do território Urueu-wau-wau naquele momento, quando ainda estavam sem contato pacífico com a sociedade nacional, consistia na forma mais justa e segura de garantir sua sobrevivência. Como vimos, na época já se dispunha de informações suficientes para traçar em linhas gerais os limites do território ocupado por esses índios nas últimas décadas.

A área de 1.888.000 ha. proposta em 84 sofreu uma redução de 55.000 ha. ao sul, nas proximidades da rodovia BR 429, uma vez que esta região foi rapidamente ocupada de forma descontrolada. Para não atrasar mais a delimitação e demarcação do território indígena a Funai concordou com esta alteração, passando para 1.832.300 ha. Cabe ressaltar que esta era a única parte da área proposta onde havia ocupação efetiva de colonos, conforme foi verificado na época. Tanto que foi contestada, resultando na alteração da área. Os demais projetos de assentamento do INCRA incidentes na região não demonstravam uma ocupação de fato, embora dezenas de títulos de posse já houvessem sido distribuídos. É o que se pode constatar no relatório do Chefe do DFT/INCRA, Altamir Wollmann, de 4/6/85, onde são analisadas as situações dos loteamentos do INCRA incidentes na área Urueu-wau-wau: PAD Burareiro, Gleba Rio Alto, Gleba Samauma - Setor Evandro Cunha e PA Bom Princípio.

Com relação ao Burareiro, ele verifica que foram expedidos 113 títulos definitivos, mas reconhece que:

"A atual ocupação desses lotes, face a ausência de estradas de acesso, é muito precário, e, pelo sobrevôo que tivemos ocasião de realizar sobre essa área, podemos afirmar que o processo de desmatamento nessa região apenas se iniciou".

A questão do Burareiro será analisada em particular mais adiante, no entanto, é importante constatar que, na época da delimitação da área indígena a situação de fato era a ausência quase que total dos colonos.

Quanto à Gleba Rio Alto, Wollman verificou que não foram expedidos documentos de titulação e que a área não dispõe de estradas de acesso, não sendo possível identificar desmatamentos.

No Setor Evandro Cunha, da Gleba Samauma, destinado aos soldados da Borracha, foram expedidas 18 autorizações de ocupação. Recomenda uma vistoria in loco para verificar a ocupação efetiva. No entanto, considerando que não existe acesso à região, dificilmente estes lotes estariam ocupados.

Com relação ao PA Bom Princípio, Wollman coloca que diversos lotes ficaram sobrepostos à área indígena, mas só foram expedidas 24 autorizações de ocupação. No entanto, os lotes estavam ocupados por pessoas não selecionadas pelo INCRA, que já realizavam desmatamentos e edificações. Coloca ainda que tomou ciência de "propósitos de terceiros para o estabelecimento de posses para postular futuro reconhecimento pelo Poder Público", o que foi confirmado no sobrevôo pela área, quando verificou diversos focos de desmatamento. Recomenda um posicionamento do Poder Público contra essas pretensões.

Assim, no que se refere à incidência de Projetos de Assentamento do INCRA a situação não era drástica. Bastaria distribuir lotes para os titulados em um dos diversos projetos do INCRA no Estado, o que não acarretaria maiores problemas uma vez que a grande maioria não os ocupava efetivamente. Quanto aos posseiros, que eram poucos, poderiam facilmente ser reassentados.

Também incidiram na área quatro posses de particulares, antigos seringais que serviram de palco de diversos conflitos com os índios. Todos têm suas pretensões registradas no INCRA que, face à delimitação da área indígena, indeferiu a maioria das tentativas de regularizar a posse. Entretanto, alguns desses seringais mantêm atividades na área, ainda que de forma reduzida.

Toda a área do Parque Nacional dos Picaás Novos, criado pelo decreto nº 84.019, em 21/9/79, administrado pelo IBDF, está incluída na área Urueu-wau-wau. A princípio não existe conflito de interesses uma vez que ambas as áreas se destinam à preservação. Foi celebrado um ajuste entre a FUNAI e o IBDF com o objetivo de estabelecer a forma de colaboração mútua para execução de um plano de proteção das duas áreas.

A princípio, portanto, quando a área foi criada não havia problemas difíceis de resolver. Eram necessárias, ape-

nas, medidas imediatas para que não fossem gerados novos conflitos. O reassentamento dos posseiros, a redistribuição de lotes aos titulados, e a indenização dos seringais deveriam ser providenciados tão logo a área fosse delimitada. Da mesma forma, teriam que ser criadas condições para evitar novas invasões.

II - CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ÁREA

A Área Indígena Urueu-wau-wau possui dois consideráveis papéis no contexto regional. O primeiro é de garantir a sobrevivência física e cultural de um povo que se mantém isolado da sociedade nacional, o que significa respeitar seu direito à diferença. O segundo papel é de preservar uma área de vital importância no ecossistema da região. Esse duplo valor que lhe confere deve sempre ser levado em consideração ao analisar qualquer intervenção na área.

O fato de ter sido criado um parque nacional nesta região é um forte indício de que sua preservação é essencial. Como está explicitado em seu Plano de Manejo:

"Um Parque Nacional representa o que de melhor existe em estado natural dentro de um país, digno de ser conservado e preservado permanentemente com a finalidade de 'proteger e preservar unidades importantes ou sistemas completos de valores naturais e culturais, proteger recursos genéticos; desenvolver a educação ambiental; oferecer oportunidades para a recreação pública e servir de atividades de investigação e outras afins de índole científica'". (1984:09)

A justificativa da criação deste Parque é explicada no mesmo plano:

"A idéia de criação do Parque Nacional dos Pacaas Novos surgiu em 1978, de estudos feitos através de um con-

vênio firmado entre SUDECO e IBDF com o objetivo de preservar amostras representativas dos ecossistemas existentes na região. A razão da escolha da área em questão, fundamentou-se principalmente em dois argumentos: pelo fato de incluir as nascentes das três principais bacias do Estado (Mamoré, Guaporé e Madeira) e por representar uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, em estado inalterado." (1984:11)

Com relação à rede de drenagem, concentram-se na área as nascentes dos principais rios formadores dessas três grandes bacias hidrográficas da região. Da Bacia do Guaporé estão as nascentes dos rios São Miguel, São Domingos e Cautário, este com diversos de seus afluentes. O rio Pacaas Novos é um dos principais formadores do Mamoré pela margem direita, que possui além de suas nascentes na área, as nascentes do rio Ouro Preto, seu maior afluente. Da Bacia do Madeira estão as cabeceiras dos rios Jaci-Paraná, Candeias e Jamari, além das nascentes de três afluentes do rio Jaci-Paraná - Jarú, Urupá e Muqui - um de seus principais formadores na região.

As nascentes dos rios, em conjunto com a vegetação ao seu redor, são consideradas áreas de preservação permanente pelo código florestal, uma vez que qualquer alteração nestas áreas acarretaria problemas em todo o curso dos rios. Isso justifica o fato de a maioria das nascentes citadas encontrarem-se na área de interseção do Parque Nacional com a Área Indígena. Entretanto, com uma observação mais detalhada no mapa, nota-se que em rios como o Cautário, Jamari e Pacaas Novos apenas pequenos trechos de suas cabeceiras encontram-se no Parque. A Área Indígena, portanto, vem a garantir a preservação dos altos e médios cursos desses rios, assegurando o não desmatamento de suas margens, a não poluição e a manutenção da ictiofauna, beneficiando não só o equilíbrio ecológico da área, como de suas adjacências. O caso do rio Jamari é particularmente importante devido à Usina Hidrelétrica de Samuel, construída no seu baixo curso. A preservação das cabeceiras, do médio curso e de seus afluentes permitirá uma

vazão constante da água, o que significa a renovação do lago, evitando maiores desastres ecológicos, além da própria manutenção da usina.

A rede de drenagem da área em grande parte está composta por pequenos rios de curso intermitente, que geralmente secam na época de estiagem (de julho a novembro, aproximadamente). Durante o período das chuvas é que chegam as águas nestes rios, sendo comum, inclusive, o alagamento das áreas mais baixas. Com isso, existe uma grande variação na distribuição da ictiofauna, afetando diretamente a dinâmica da economia indígena.

No que se refere à vegetação, esta é uma região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica que, pelo fato de encontrar-se inalterada pela ação do homem, torna-se um local ímpar que deve ser preservado. Uma extensa área de mais de 100.000 ha., denominada Campos dos Urupás, é composta de vegetação rasteira de cerrado intercalada por matas de galeria, como se pode observar no mapa de vegetação, em anexo. Segundo os funcionários da Funai e os próprios índios, o solo nesta região é extremamente pobre, sendo inutilizável para agricultura. Também as partes mais altas da serra dos Pacaas Novos estão cobertas por uma vegetação rasteira, diferente, entretanto, daquela dos campos.

Existem grandes extensões de afloramentos rochosos na área, denominados "lajeiros", alcançando um total de mais de 100.000 ha. da área. Em grande parte estão associados a regiões de relevo, particularmente nas Serras dos Uopianes, São João, Desengano e Moreira Cabral, além das vertentes leste da Serra dos Pacaas Novos. No entanto estes afloramentos também são encontrados em regiões baixas, como nas proximidades da margem esquerda do rio Cautário.

O restante da área é composto por florestas, nas suas mais diversas variantes, cuja discriminação estaria além dos propósitos deste trabalho.

Como se pode observar no mapa de hipsometria e

declividade, a área possui diversas regiões com relevo acidentado, onde está presente grande parte da Serra dos Pacaas Novos, além de quatro outras serras: São João e Desengano, Uopianes, Moreira Cabral e Mirante. Estas zonas de relevo acentuado possuem uma altitude que varia entre 200 e 1.200 metros, prevalecendo, no entanto, o intervalo de 400 a 600 m. Apenas na Serra dos Pacaas Novos encontram-se altitudes acima de 800 m., enquanto na Serra Moreira Cabral a média está entre 200 e 400 m.

Somente as regiões de várzea, ao longo dos cursos principais das micro-bacias dos rios Pacaas Novos, Jamari, Cautário e São Miguel estão abaixo dos 200 metros. O restante da área encontra-se entre 200 e 400 m. de altitude, inclusive na região dos campos, formando uma vasta extensão de planície.

Para efeito da ocupação humana, entretanto, não basta discriminar as diversas altitudes; é importante relacioná-las com o nível de declive do relevo. Para tanto, estão assinaladas no mapa as zonas consideradas de "alta declividade", isto é, regiões onde os declives, em sua maioria, variam entre 15 e 100 % (10 e 45°), tornando-se verdadeiros obstáculos naturais para a ocupação indígena, como veremos adiante. A fim de se ter uma idéia mais clara da relação entre o nível de declividade e as possibilidades de uso, transcreverei do "Manual para Levantamento Utilitário do meio Físico e Classificação de Terras no Sistema de Capacidade de Uso", coordenado por Lepsch, os limites das classes de declividade dentro da faixa encontrada na área indígena, assim como suas principais características, segundo a capacidade de uso.

- | | |
|---|---|
| <u>"Classe E:</u>
Declives entre
15 e 45% | Representada por áreas fortemente inclinadas, cujo escoamento superficial é muito rápido na maior parte dos solos. Somente as máquinas agrícolas especiais ou mais leves podem ser usadas e, assim mesmo, com dificuldades. |
| <u>Classe F:</u>
Declives entre
45 e 70% | Constituída por áreas íngremes, de regiões montanhosas, onde praticamente nenhum tipo de máquina agrícola pode trafegar. O escoamento |

mento superficial é sempre muito rápido e, os solos, extremamente suscetíveis à erosão hídrica.

Classe G: São áreas de relevo escarpado ou muito íngreme, onde normalmente nenhum solo se desenvolve ou só existem solos muito rasos (litossolos), geralmente em associação com exposições rochosas." (1983:88-90)

Declives superiores a 70%

Na Serra dos Pacaas Novos as declividades variam entre as classes E e G, aumentando na direção oeste-leste, onde encontram-se escarpas extremamente íngremes, com rochas expostas. É uma região de incrível beleza, que por si só deve ser preservada.

A Serra dos Uopianes possui uma declividade variada; ao sul está classificada em F e ao norte em E.

As demais serras têm a maior parte de suas declividades dentro da classe E, embora variem em relevos mais e menos íngremes.

As zonas de alta declividade perfazem, assim, em total cerca de 30% da área indígena. Constituem-se barreiras naturais para a ocupação indígena, da mesma forma que dificilmente poderiam ser utilizadas com fins agro-pecuários, dados às características de seus níveis de declividade.

Assim, se sobreposmos o mapa hipsométrico/declividade com o mapa de vegetação, conforme está apresentado em anexo, podemos notar que grande parte da área indígena Urueu-wau-wau está composta por zonas de alta declividade, áreas de campo e de afloramentos rochosos, ocupando um total de aproximadamente 40% de seu território. Estas regiões, na prática, não são utilizadas pelos índios nas suas atividades de subsistência e na implantação de aldeamentos, como analisarei a seguir. Desde já, no entanto, é importante termos claro as principais características da geografia da região a fim de compreendermos adequadamente a forma como os Urueu-wau-wau ocupam o seu território.

III - A CULTURA URUEU-WAU-WAU E SUA ADAPTAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Tratarei aqui de alguns aspectos da organização social dos Urueu-wau-wau, que considero essenciais para compreendermos o modo como ocupam e utilizam seu território.

Eles organizam-se em metades exogâmicas de descendência patrilinear, denominadas "mutum" e "canindé" (arara). Isto significa que uma pessoa, seja homem ou mulher, pertence à mesma metade de seu pai e só pode se casar com um membro da metade oposta. Esta é a regra básica do casamento e, provavelmente, deve ordenar diversos outros aspectos da vida social.

Dividem-se em sub-grupos de parentesco, sob a liderança de um homem. Cada sub-grupo forma uma unidade familiar, residencial e, ao que tudo indica, política. Sua população é variável; hoje encontramos famílias com 10 a 50 pessoas, e na época do contato estimava-se cerca de 160 pessoas no sub-grupo Mondawa. Esta flutuação populacional deve-se a fatores da dinâmica interna de cada um: novos casamentos, o crescimento da família e divergências políticas são as causas mais frequentes para a construção de uma nova maloca e o surgimento de outra unidade social. Da mesma forma, o aglutinamento de sub-grupos também pode ocorrer, como de fato parece haver acontecido após o contato e o processo de depopulação que sofreram. Os sub-grupos já contactados e conhecidos atualmente são seis, liderados por Djaí, Paiju, Tari, Memó, Taroba e Bawá (Mondawa).

Os Urueu-wau-wau são profundos conhecedores do território que habitam, pois são andarilhos por excelência. Distinguem pelo menos, oito diferentes tipos de ambiente nesta área: floresta fechada, floresta bem fraca, cerrado (matas próximas aos campos), palhal (floresta com grande concentração de palmeiras), campo, serra com mata, serra com rochas e lajeiros de pedra. Cada um possui denominação própria, devendo existir, provavelmente, outras diferenciações quanto ao tipo de vegetação. Da mesma forma, identificam diversos tipos de rios conforme suas principais características, tais como rio que possui muita pedra - itaupáwa, rio pequeno - iguabia e rio grande - paraná.

Cada ambiente tem um sentido diferente para os Urueu-wau-wau, principalmente no que se refere à sua economia. A caça é feita basicamente nas diversas regiões de floresta, onde encontram o porco do mato, veado, anta, cutia, paca, nhambu, mutum, entre outros animais. Entretanto, nas áreas de cerrado caçam o caititu e o veado. A floresta também fornece o mel e a castanha, extremamente apreciados por eles. As regiões de palhal, como o próprio nome diz, é onde encontram a palha para construir as casas e confeccionar inúmeros utensílios domésticos, além das diversas frutas que cumprem um importante papel na sua dieta alimentar, como o cajá, cacau do mato, pama, pupunha, tucumã, ingá, buriti, pataúá, uricuri e bacuri. A taquara e a taboca, que nascem nos pés de serra, são amplamente utilizadas para fazer flechas e flautas.

O campo e as serras, no entanto, não são utilizados. Quanto às serras, os Urueu-wau-wau são taxativos ao afirmarem a sua não utilização apelando, principalmente, para as dificuldades de acesso. A extensa área de campo vem a servir apenas como território de passagem importante, pois divide as regiões compreendidas entre as micro-bacias do Jamari, do Cautário e a parte leste da área formada pelos afluentes do rio Ji-Paraná e pelo rio São Miguel. Assim mesmo, os caminhos traçados acompanham, preferencialmente, as matas de galeria, uma vez que o calor e a falta de água (na época da seca) tornam insuportável uma permanência prolongada. O solo desta região é extremamente pobre, tornando inviável a agricultura.

A caça, abundante na época das chuvas, já que os animais ficam confinados nas "ilhas" formadas pelas terras mais altas, torna-se escassa durante a seca, fazendo da pesca o recurso complementar. Daí a necessidade de uma constante mudança, seguindo o ritmo das estações. Os rios mais piscosos da região são o Cautário, o Jamari, o Nova Floresta e o Pacaas Novos. É muito comum a realização de viagens e acampamentos constantes a um desses rios, particularmente na época da seca, para o abastecimento de peixes.

As longas travessias, entretanto, cumprem diversos outros papéis na vida urueu-wau-wau. É aí que coletam frutos, acontecem os namoros e onde os casais mantêm relações sexuais. Sair, viajar, caminhar, tem um significado extremamente marcante na cultura desse grupo indígena. Eles não permanecem muito tempo em um mesmo local, mesmo nos Postos da Funai onde disfrutam de certas regalias. É com a maior facilidade e naturalidade que cruzam os 150 km de extensão da área, em poucos dias se for necessário. Mantêm diversos tapiris ao longo dos principais caminhos, já com redes atadas e com alguns utensílios domésticos. Outro dado importante é o tratamento que dão aos velhos, que permanecem com sua família enquanto puder acompanhá-la nas caminhadas. Se já não tem condições de andar, a família lhe constrói um tapiri, abastece com água e alimentos e ele fica lá, até morrer. Esses dados, sem dúvida, apontam para o caminhar como pertencendo à estrutura cultural urueu-wau-wau, sendo parte do seu "ethos", da sua identidade social, sem o qual a vida não tem sentido, como é evidente no caso dos velhos.

Qual, então, o papel das aldeias dentro desta constante travessia? Antes de mais nada a maloca é um ponto referencial, um local de apoio, para onde se converge a vida social. É em torno dela que estão as roças, sempre pequenas, com suas plantações de mandioca, milho, batata, algodão, mamão, banana, inhame, etc. Muitos desses alimentos permanecem armazenados na maloca por um longo período, assim como ficam guardados utensílios domésticos e matérias primas para confeccionar arcos, flechas, colares, redes e artesanatos em geral. Entretanto, uma outra função completamente diferente é reservada à maloca: é aí

onde nascem as crianças e onde são enterrados os mortos - o início e o fim do ciclo da vida urueu-wau-wau. Quando alguém morre, mesmo que longe, é levado para a maloca e enterrado com seus pertences embaixo do local em que ficava o fogo que lhe aquecia durante a noite. Em pouco tempo a família se muda, construindo uma nova aldeia em outro lugar e volta de tempos em tempos para visitar o morto. Passado um período de 5 a 10 anos, os ossos são desenterrados e levados para a nova maloca, onde torna a ser enterrado. Desta forma, durante uma época, as aldeias antigas são consideradas locais sagrados, os quais são visitados nas caminhadas.

Quanto à agricultura aplicada pelos Urueu-wau-wau observa-se que as diversas espécies cultivadas estão plantadas, aparentemente, de modo desordenado nas roças. Espécies arbóreas como bananeiras, mamoeiros e algodojeiras, misturam-se com a mandioca e o milho, de porte médio e com batatas e inhames, que são plantas rasteiras, não havendo espaços separados para cada espécie cultivada. Este tipo de agricultura, porém, obedece a uma lógica adaptativa peculiar às características da floresta. Como explica Meggers:

"Quando se analisa este tipo de atividade agrícola em termos ecológicos, é evidente que ele imita as características da vegetação florestal em vários aspectos importantes. A intercalação de produtos de diferentes requisitos nutrientes, assim como a intercalação de espécies arbóreas, reduz a competição por um elemento particular e aproveita ao máximo a gama de nutrientes. A ausência de grandes roçados uniformes ajuda também a proteger das pragas que se alastram com menos facilidade quando exemplares da mesma espécie se encontram dispersos e isolados." (1977:39)

Por outro lado, a relativa frequência com que novas aldeias são construídas também possui uma implicância fundamental na economia indígena e na manutenção do equilíbrio ecológico da área. Uma vez que os solos em toda floresta amazô-

nica se caracterizam por serem extremamente pobres em nutrientes se retirada a cobertura vegetal que o sustenta, um roçado não produz por mais de 3 ou 4 anos sem a utilização de fertilizantes, ainda que se procure imitar a composição da floresta, como fazem os Urueu-wau-wau. Daí a importância de as áreas desmatadas para agricultura serem relativamente pequenas. A partir da observação das aldeias no sobrevôo e in loco, devidamente fotografadas, calcula-se que a área desmatada, incluindo roça, pátio e maloca, não ultrapassa um hectare. Logo, ao ser abandonada para a construção de uma nova aldeia, muito facilmente esta área se recomporá, não causando os inseqüentes distúrbios ecológicos de grandes extensões desmatadas. A mudança é, assim, uma necessidade econômica e ecológica.

* * *

Além dos seis sub-grupos conhecidos, sabe-se da existência de pelo menos mais um, próximo aos limites sudeste da área. A Funai tentou contatá-los uma vez e não retornou mais. Os Urueu-wau-wau, no entanto, falam muito de um outro grupo, que não possui o mesmo idioma nem os mesmos hábitos que eles. Chamam-nos de "Uruparaquara", "Araparaquara" ou "Uruparararaquara", com quem já guerrearam. Dizem que são muitos, em torno de 200 pessoas. São difíceis de localizar porque não possuem malocas, apenas tapiris, que são muitos. Indicam duas diferentes localizações para este grupo: na região noroeste da área, próximo ao rio Pacaas Novos, e à sudoeste, nas proximidades do rio Cautário e Cautarinho. Utilizam arcos e flechas muito grandes, os homens são altos e fortes. Dizem ainda que têm o cabelo enrolado e usam colares de tucumã. A insistência com que os Urueu-wau-wau falam deles para diversas pessoas, em diferentes ocasiões, só reforça a possibilidade de este grupo existir. Ainda não foi realizada nenhuma expedição com o objetivo de contatá-los, mas

é importante assegurar e manter sob vigilância esta parte do território para garantir a sobrevivência deste povo e evitar futuros conflitos.

A partir do contato, em 1981, a população Urueu-wau-wau reduziu drasticamente. As doenças levadas pelos invasores são responsáveis em grande parte pelas mortes, assim como os assassinatos. A incidência de malária aumentou assustadoramente; enquanto eram grupos pequenos, dispersos e isolados, esta doença dificilmente atingia um contingente significativo de pessoas. Mas na medida em que se aproximavam colonos e garimpeiros que estavam em contato com grandes concentrações populacionais onde a malária estava alastrada, aumentou extremamente a possibilidade de os índios a contraírem. Em uma maloca com cerca de 60 pessoas, numa mesma semana chegaram a ocorrer dez mortes. Conversando com diversas pessoas que conheceram os Urueu-wau-wau no início do contato, calculo que sua população reduziu, pelo menos, para a metade. Este processo perverso é a história da maioria dos povos indígenas que hoje resistem no Brasil. Observa-se, no entanto, que após esta grande perda durante os primeiros anos do contato, a população entra numa certa estabilidade e, logo depois, começa a se recuperar. É o que aconteceu, por exemplo, com os Suruí que habitam o sudeste de Rondônia. Os Urueu-wau-wau já passaram pelo impacto inicial e, certamente, estão começando o processo de recuperação e reconstituição social.

IV - A COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA E O PAD BURAREIRO

O processo de colonização de Rondônia tem se caracterizado por gerar inúmeros problemas de ordem social e ecológica. Iniciado oficialmente na década de 70, quando foram criados os Projetos de Colonização pelo antigo INCRA, era movido por uma intensa propaganda governamental que atraía uma grande massa da população rural do sul do país. Por trás dessa política de ocupação, entretanto, estava uma tentativa de amenizar os conflitos de terra resultantes da expansão das grandes propriedades rurais e da mecanização da agricultura nos estados sulistas. Uma mobilização social começava, então, a surgir e a perspectiva de migração para Rondônia acabava por desestruturar essas tentativas de organização.

Enquanto isso, essa ponta da floresta amazônica estava habitada há milhares de anos por dezenas de povos indígenas e há mais de um século por seringueiros - populações que desenvolveram técnicas que permitiram uma convivência pacífica e harmônica com o frágil ecossistema tropical. Entretanto, índios e seringueiros foram alijados dos planos governamentais e, no caso dos índios, só se tornaram um foco de preocupação quando suas terras já haviam sido invadidas, diversos conflitos estourados e ocorrido muitas mortes.

Rondônia, como toda região amazônica, possui um solo extremamente pobre se retirada a cobertura vegetal, com exceção de algumas manchas de terra fértil no sul do estado.

Assim, a agricultura só é viável por 2 ou 3 anos em um mesmo local, sendo necessária a abertura de uma nova área de floresta para manter o mesmo nível de produção. A queimada, portanto, torna-se uma prática amplamente utilizada, quer para a abertura de novas áreas, quer para a limpeza das lavouras ainda em uso a cada ano. Por outro lado, a extrema umidade da região, aliada ao calor, torna propícia a proliferação de fungos e pragas sempre que existe uma grande quantidade de indivíduos de uma mesma espécie vegetal próximos, como no caso das monoculturas.

Todas essas dificuldades próprias da região, somadas à falta de informação dos colonos, à precariedade da infraestrutura prometida nos projetos do Incra e aos conflitos com índios e seringueiros, fizeram da colonização em Rondônia um desastre social e ecológico. As cidades estão inchadas, com um grande contingente da população advinda da zona rural e, em 1988, Rondônia já atingiu o índice assustador de 25% de área desmatada.

A partir desse quadro alarmante, da pressão da opinião pública nacional e internacional e da consequente ameaça de corte do Banco Mundial enquanto principal órgão financiador de projetos de desenvolvimento na região, o Governo Brasileiro começa a esboçar uma nova política de ocupação da Amazônia. Como ponto de partida está a paralisação da implantação de novos projetos agropecuários.

É dentro deste antigo quadro que se situam os Projetos de Assentamento Dirigido - PAD. Segundo documento do próprio Incra, intitulado "Doze Anos de Colonização em Rondônia", os PAD's diferenciam-se dos PIC's (Projeto Integrado de Colonização), por duas questões básicas. Primeiro, quanto às responsabilidades do Incra, que restringiam-se à distribuição de terras, organização territorial, administração do Projeto e assentamento de colonos, não cabendo a este órgão a implantação de serviços de infra-estrutura. E, segundo, com relação ao "parceleiro selecionado", que "deve ser mais especializado do que um simples trabalhador, isto é, deve ter um mínimo de conhecimento agrícola, alguns recursos financeiros e experiências no tocante à obtenção

de Crédito Bancário." (1982:153)

A expectativa, portanto, era de projetos de nível sócio-econômico mais elevado, em que os proprietários não seriam trabalhadores rurais descapitalizados, mas sim investidores rurais que, inclusive, poderiam arcar com o ônus da infra-estrutura. O que justifica, de certa forma, o fato de os lotes, ao menos no PAD Burareiro, serem relativamente maiores, isto é, acima de 100 ha. e, uma boa parte, com mais de 250 ha.

O PAD Burareiro foi criado oficialmente em 21/01/74, começando a ser implantado em fins de 1975, com o assentamento das primeiras famílias. Cerca de 18.000 ha. incidem na Área Indígena Urueu-wau-wau, com um total de 104 lotes, atingindo parte dos rios Jamari e Nova Floresta.

Desde 1946 esta região é considerada terra indígena, reconhecida pelo Governo do Território de Rondônia, como se pode averiguar em despacho de 26/11/46. Por outro lado, conforme relato dos próprios Urueu-wau-wau existiram, nos últimos 50 anos, pelo menos três aldeamentos nesta área.

De acordo com levantamento realizado por Altamir Wollman, chefe do DFT/INCRA, os assentamentos mais antigos nesta parte do Projeto Burareiro datam de 23/7/79. Logo depois começam os conflitos sérios. Neste ano de 79 houve várias mortes no rio Nova Floresta. No lote 47, da gleba 33, os índios mataram dois filhos de Francisco Prestes e um terceiro é raptado. As mortes se deram de ambos os lados, embora a nossa história sempre privilegie a versão "branca". De qualquer forma, estava explícito que esta área era ocupada pelos índios dado à forma aguerrida com que defendiam suas terras.

Em 07/11/79, o Delegado da 8ª DR da Funai envia um ofício ao Governador do Território de Rondônia confirmando que parte do PAD Burareiro incide na área interdita pela Funai e solicita, enfaticamente, que sejam retirados os colonos assentados nesta área para que sejam iniciados os trabalhos de atração dos índios. Pouco tempo depois, em 11/02/80, outro ofício é enviado para a coordenação do Incra de Rondônia, solicitando a paralisação de qualquer atividade do Incra nas proximidades dos rios Jamari e Nova Floresta, atendendo ao pedido do chefe da

Frente de Atração Urueu-wau-wau que já havia iniciado suas atividades e constatado a presença indígena na área. O Incra respondeu positivamente e os assentamentos cessaram. Entretanto, no dia 15/05/80 foi emitido um telex pelo INCRA/CETR/G ao executor do PAD Burareiro com o seguinte texto:

"Comunico que todos os parceleiros das linhas C 0, C 10 e C 15 do PAD Burareiro, estão liberados para reiniciarem suas atividades agrícolas."

Esta comunicação só teria sentido se a Funai tivesse desinterditado a área. Nos arquivos do Incra, entretanto, não existe nenhum documento com esse teor, embora os funcionários responsáveis pela questão na época insistam que foi emitido o referido documento. Pelo lado da Funai, a versão é oposta - o delegado da 8ª DR na época e demais funcionários afirmam que a área não foi desinterditada e nos arquivos da Funai tampouco existe qualquer documento que comprove o contrário. Temos aí uma questão séria; se por um lado não existe nenhuma documentação que comprove que a área dos rios Jamari e Nova Floresta foi desinterditada pela Funai, por outro lado, mesmo que existisse seria um contrasenso, afinal a Funai recém havia iniciado as atividades na área e comprovado a presença indígena. De qualquer forma, a liberação da área para os colonos é um ato de irresponsabilidade, uma vez que os conflitos recentes deixavam claro o perigo que os próprios colonos estariam sofrendo. E, de fato, ataques indígenas voltaram a ocorrer. Em 1983, no mesmo lote do Sr. Prestes, o Sr. Braulino foi flechado, numa demonstração clara de que os Urueu-wau-wau consideram esta área de seu domínio.

As arbitrariedades continuam quando, a partir de 01/12/80, o Incra começa a expedir títulos definitivos na área, apesar de a grande maioria dos colonos não possuírem nenhuma benfeitoria em seus lotes, como fica claro no já citado levantamento do DFI/INCRA. Por que expedir títulos numa área interdita pela Funai, onde ocorreram diversos conflitos com os índios e para pessoas que não moram em seus lotes e sequer fizeram benfeitorias? Primeiro, sabe-se que a política do Incra na época era de distribuição de títulos, ou seja, era a forma

em que demonstrava, através da mais crua estatística, o quanto se havia trabalhado. Este fato é francamente comentado pelos funcionários do Incra. Em segundo lugar, no entanto, percebe-se uma evidente tentativa de tornar a ocupação desta área uma questão de fato e uma questão jurídica; os "colonos" serão considerados os proprietários daquela área simplesmente porque estão de posse de um pedaço de papel que assim o diz. Os índios, possuidores de uma tradição oral e não escrita, como a nossa sociedade, não têm nenhum papel que afirme que ocupavam esta região. Mas têm memória, e uma moral diferente da nossa, que não lhes permite afirmar que ocupam aquela área se isso não corresponde à realidade. Temos, portanto, um confronto de tradições - a escrita e a ágrafa. Não é justo que julguemos a questão privilegiando apenas uma destas tradições. Se acreditamos nos documentos enquanto representantes de uma situação de fato, devemos também acreditar na palavra dos índios como a forma que possuem de comunicar e documentar sua realidade.

Vimos inicialmente que os Projetos de Assentamento Dirigido objetivavam atender a uma clientela mais capitalizada e experiente. Os lotes seriam mais uma possibilidade de investimento do que propriamente a única fonte de subsistência de seus proprietários. A situação dos 96 lotes titulados ou com autorização de ocupação do PAD Burareiro que incidem na área Urueu-wauwau confirma esta perspectiva. Até 1985, apenas 18 lotes possuíam alguma área cultivada, o que significa que a maioria não era composta de colonos que necessitavam de uma terra para plantar e morar. Apesar das dificuldades de acesso, a maioria dos "ocupantes" retirou as madeiras de lei de seus lotes, abrindo diversas estradas sem, contudo, implantar benfeitorias. Por outro lado, pude observar, através de conversas informais, que muitos desses titulados são comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais em Ariquemes e Jaru.

O que constatei na área é que, atualmente, apenas 6 ou 7 lotes estão ocupados, sendo que nem todos os proprietários moram no local. Pode-se observar várias áreas que foram

desmatadas e posteriormente abandonadas, onde a capoeira já tomou conta. A extração de madeira é que parece ter sido a atividade mais frequente e, até o ano passado haviam madeireiras atuando no local, inclusive bem próximo ao Posto Indígena Nova Floresta, da Funai.

Uma argumentação sempre presente nos documentos do poder público estadual e municipal que reivindicam esta área é o fato de ser uma das poucas regiões de solo bom que ainda resta em Rondônia. Ainda que a fertilidade do solo seja extremamente relativa, uma pergunta não pode deixar de ser feita: os índios também não têm o direito de uma faixa de terra boa? Eles, que já foram expoliados, encurralados e sofreram as maiores arbitrariedades, além do mais vão se ver privados da única área de terra fértil em seu território? Vale a pena lembrar que os Urueu-wau-wau também são agricultores e buscam, assim como os colonos, as melhores terras para fazer seus roçados.

Esta região cumpre outro importante papel para este grupo indígena, pois o rio Nova Floresta, e o próprio Jamari, são extremamente piscosos. Era um dos locais procurados na época da seca para pescar, daí a existência de vários tapiris nas imediações, encontrados em 1980 nas expedições da Funai. Com a ocupação da área por colonos e, principalmente com as atividades das madeireiras, os índios acabaram se afastando, pois alegam que o barulho das motosserras espantam os animais. No entanto, se indagamos se querem retornar à área são enfáticos ao dizerem que sim. Além do valor econômico, possivelmente esta região possui um forte valor cultural, uma vez que ali existiram diversas aldeias.

V - CONCLUSÃO

Procurei, ao longo deste trabalho analisar a questão do território Urueu-wau-wau sob diversos aspectos: histórico, ecológico, cultural e social.

Do ponto de vista histórico, é indubitável a ocupação indígena na área, comprovada tanto pelos relatos contidos nos documentos do extinto SPI e da Funai, como nas diversas tentativas de delimitar a área, que remontam a 1946, e até os depoimentos dos próprios índios.

Esta região no centro de Rondônia, onde estão presentes as nascentes dos principais rios formadores das três grandes bacias hidrográficas da região - Guaporé, Mamoré e Madeira, apresenta características peculiares que apontam para sua preservação permanente. Além das nascentes, é uma área de transição do cerrado com a floresta amazônica e onde encontram-se diversas serras, em particular a dos Pacaas Novos em quase toda sua extensão. Por sua vez, como os índios não utilizam as áreas de campo e de serra, concluímos que apenas cerca de 60% do território é efetivamente ocupado pelos Urueu-wau-wau, quer em atividades sedentárias como aldeamentos e roças, quer em área de perambulação, onde caçam pescam e coletam.

A forma de ocupação do território pelos Urueu-wau-wau se caracteriza pela preservação do ambiente, uma vez que não esgotam uma área tanto em atividades agrícolas, como na caça, pesca e coleta, precisando, para tanto, de uma grande

extensão que permita a realização de freqüentes mudanças. Por outro lado, as constantes caminhadas fazem parte da estrutura social deste povo, estando, provavelmente, intrinsecamente relacionada a valores espirituais e à sua própria visão de mundo.

Vimos também que existem outros grupos indígenas na área que ainda não mantêm contato com a sociedade nacional, o que aumenta a responsabilidade de manter e vigiar a área de possíveis invasões.

No que se refere à colonização, está cada vez mais evidente que o modelo de desenvolvimento da Amazônia tem que ser revisto, face aos desastres ecológicos e sociais que, Rondônia principalmente, tem servido de palco. A nova política que o Governo Brasileiro está implantando parte justamente do fim dos incentivos a projetos agropecuários.

O PAD Burareiro, presença marcante desse ultrapassado modelo de desenvolvimento, tem parte de seus lotes incidindo na área Urueu-wau-wau, nos rios Jamari e Nova Floresta onde, comprovadamente é área de ocupação indígena tradicional. É uma região piscosa, de solos relativamente bons, portanto de importante valor econômico e cultural para os índios. Aqueles que possuem título na área, em sua grande maioria não ocupam efetivamente os lotes e dedicam-se a outras atividades econômicas.

Todos esses fatores apontam para uma evidente manutenção dos atuais limites da Área Indígena Urueu-wau-wau, com um total de 1.832.300 ha., que já se encontram demarcados, faltando apenas a homologação.

É importante lembrar que encontra-se em vigor o decreto Presidencial de nº 94.945, de 23 de setembro de 1987 que, em seu artigo 7º decreta:

"Enquanto não forem concluídos os trabalhos de demarcação da totalidade das terras indígenas, não serão objeto de exame as propostas de alteração de limites de áreas já demarcadas."

Assim, além dos fatores de ordem histórica, cultural, ecológica e social, a área indígena Urueu-wau-wau, por lei, não pode ser alterada.

No que se refere ao PAD Burareiro, o INCRA deve tomar medidas urgentes para retirar os poucos ocupantes efetivos, bem como fazer com que cessem os trabalhos das madeireiras. O assentamento destes colonos foi de inteira responsabilidade do INCRA, que deve assumir todos os ônus da desapropriação.

Também é de caráter urgente a desapropriação dos seringais que incidem na área: São Luiz, Parati, São Tomé e Estrela. Já se passaram quatro anos desde a delimitação da área sem que nenhuma providência fosse tomada nesse sentido. Ainda que suas atividades estejam reduzidas, estes locais podem tornar-se pontos de penetração na área indígena, funcionando como portas para novas invasões.

Ao longo do tempo que elaborei este trabalho fui informada, por diversas vezes, de invasões na área, especialmente de garimpeiros. É necessário que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de vigiar e preservar a área de invasões, evitando novos conflitos sociais e distúrbios ecológicos. A instalação de postos de vigilância em pontos estratégicos, isto é, na entradas naturais da região é uma das soluções mais imediatas. Considerando que esta não é apenas uma área indígena, mas uma importante região de Rondônia que deve ser conservada inalterada, tem que ser objeto de uma ação conjunta entre Funai, Governo do Estado, IBDF e Polícia Florestal, para que garanta a sua preservação e a sobrevivência daqueles que nela habitam.

Porto Velho, 16 de fevereiro de 1989.

Maria Lúcia de Macedo Cardoso

Maria Lúcia de Macedo Cardoso

Antropóloga

Profª da Univ. Fed. de Rondônia

BIBLIOGRAFIA

- . BETTS, La Vera. (1981), Dicionário Parintintín-Português, Português-Parintintín, Brasília, Summer Institute of Linguistics.
- . FUNAI/Brasília. Processos nº 5020/77, 0030/85 e 001990/85.
- . GALVÃO, Eduardo. (1979), Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . IBDF. (1984), Plano de Manejo do Parque Nacional dos Picaás Novos, Brasília.
- . INCRA. (1982), Doze Anos de Colonização em Rondônia, Coordenadoria Especial de Estudo de Rondônia - CEER, Grupamento de Colonização e Desenvolvimento Rural - CEER/GD, Grupo de Organização e Desenvolvimento Rural - CEER/GDA.
- . LEONEL, Mauro de Mello. (1988), Etnodicéia Urueuwauwau, Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- . LEONEL, Mauro de Mello e LEÃO, M^{te} Auxiliadora Cruz e Sá. (1984), Relatório de Avaliação e para Urgente Demarcação das Terras dos Índios Urueu-wau-wau, Polonoroeste/ FIPE/FUNAI.
- . LEPSCH, I.F. (Coord.). (1983), Manual para Levantamento Utilitário do Meio Físico e Classificação de Terras no Sistema de Capacidade de Uso, Sociedade Brasileira do Solo, Campinas.
- . LEVI-STRAUSS, Claude. (1948), "The Tupi-kawahib" in: STWERT, J., Handbook of South American Indians, III: 288-305, Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143.

- (1981), Tristes Trópicos, Lisboa, Edições 70.
- . MEGGERS, Betty. (1977), Amazônia, ilusão de um paraíso, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- . MENÉNDEZ, Miguel (1981/1982), "Uma Contribuição para a Etno-história da Área Tapajós-Madeira" in: Revista do Museu Paulista, N.S. Vol. XXVIII, Universidade de São Paulo.
- . NIMUENDAJU, Curt. (1924), "Os Índios Parintintin do rio Madeira" in: NIMUENDAJU, Curt, Textos Indigenistas, São Paulo, Loyola, 1982.
- (1925), "As tribos do Alto Madeira" in: NIMUENDAJU, Curt, Textos Indigenistas, São Paulo, Loyola, 1982.
- (1948), "The Kawahib, Parintintin, and their Neighbors" in: STEWARD, J., Handbook of South American Indians, III: 283-297, Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143.

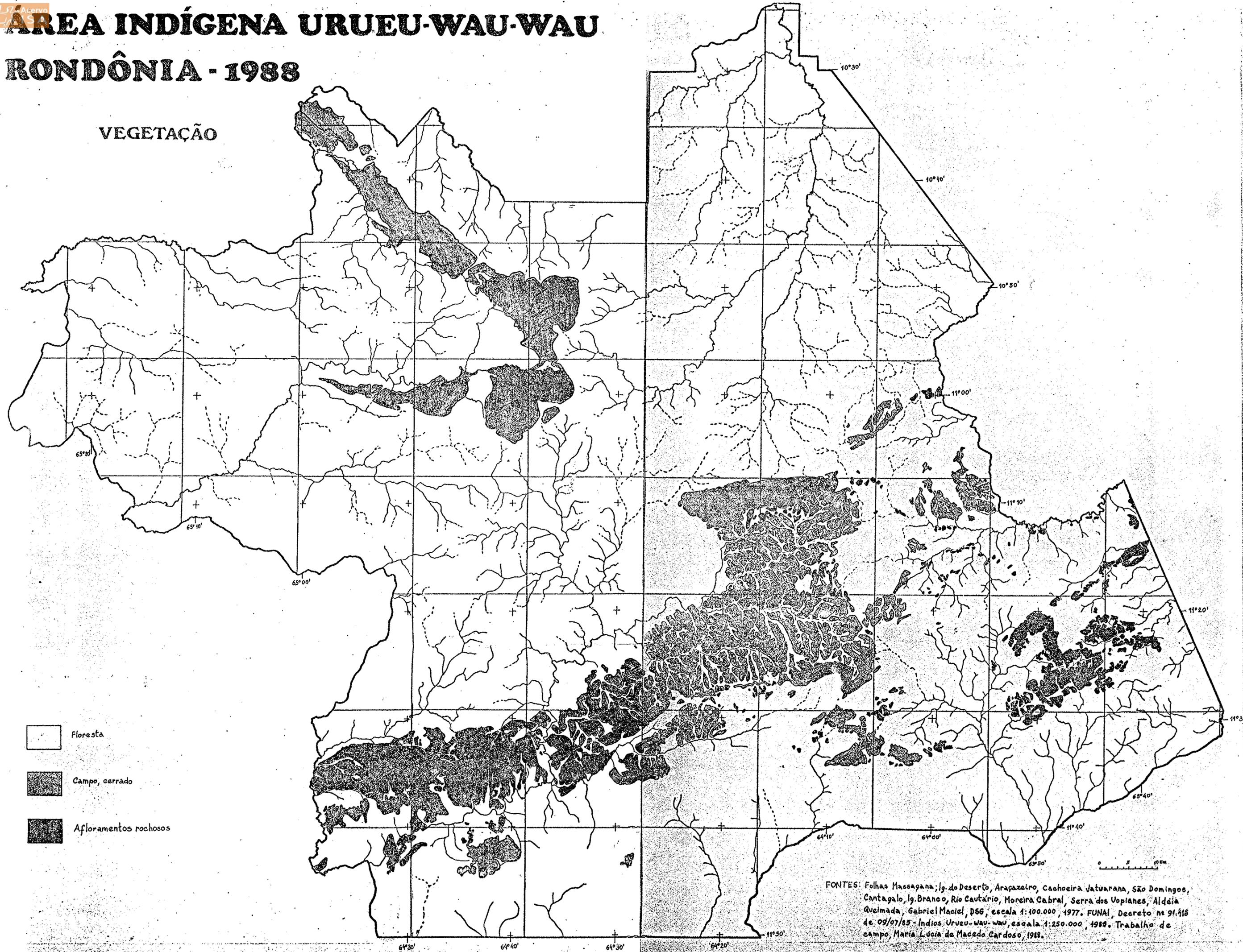
MAPAS

OBS.: O mapa "Hipsometria/Declividade/Ocupação" foi substituído pelo "Planimetria/Declividade/Ocupação" nas cópias do trabalho devido à impossibilidade de reproduzir em cores a hipsometria. Nos mapas referentes à vegetação está difícil direfenciar o campo/cerrado as formações rochosas devido à qualidade das fotocópias.

ÁREA INDÍGENA URUEU-WAU-WAU

RONDÔNIA - 1988

VEGETAÇÃO



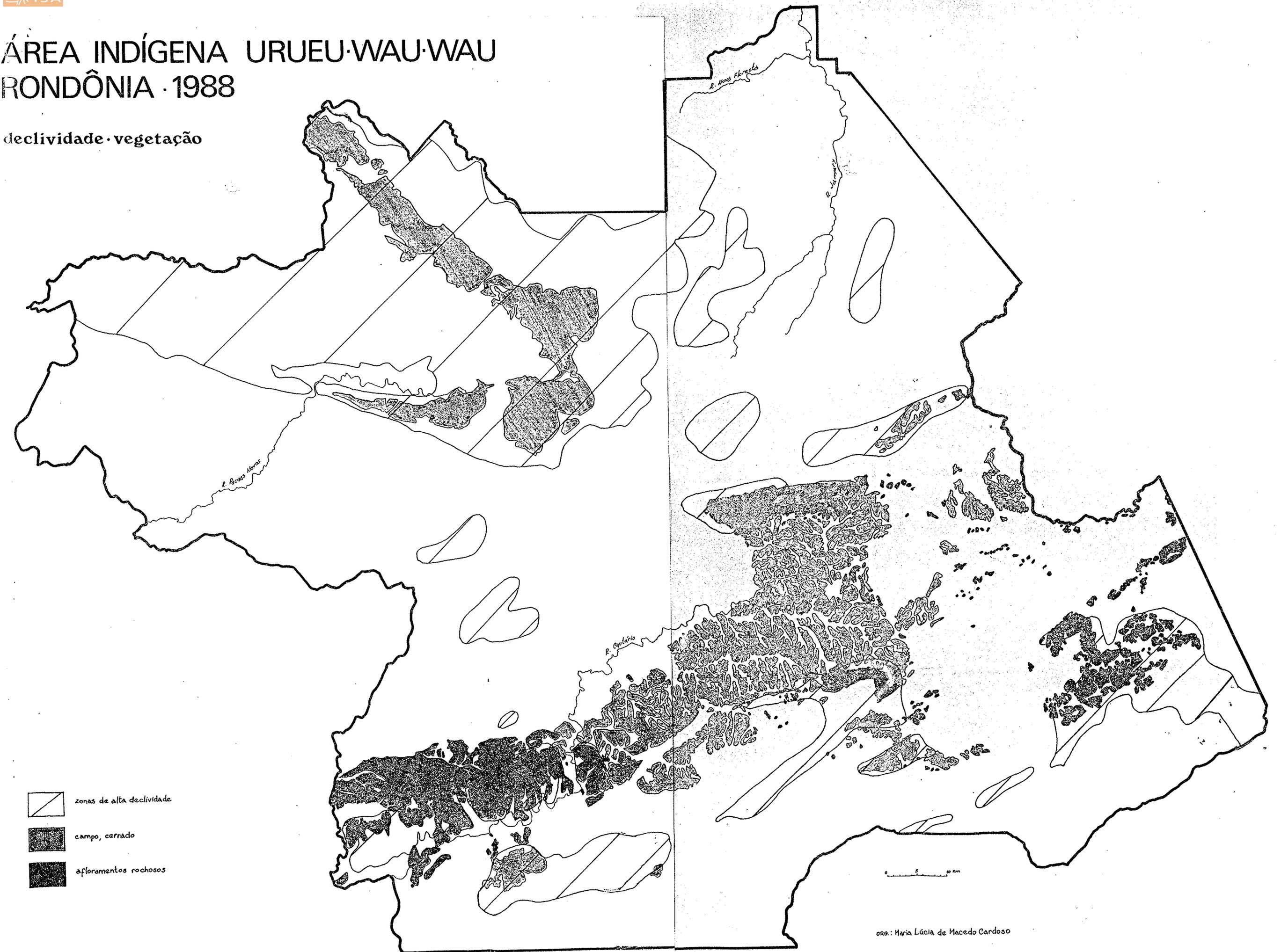
-  Floresta
-  Campo, cerrado
-  Afloramentos rochosos

FONTES: Folhas Massapana; Ig. do Deserto, Arapazetro, Cachoeira Jatuarana, São Domingos, Cantagalo, Ig. Branco, Rio Cautário, Moreira Cabral, Serra dos Uopianes, Aldeia Queimada, Gabriel Maciel, DSE, escala 1:100.000, 1977. FUNAI, Decreto nº 91.416 de 09/07/85 - Índios Urueu-wau-wau, escala 1:250.000, 1988. Trabalho de campo, Maria Lúcia de Macedo Cardoso, 1988.

ORG.: M. Lúcia de M. Cardoso - 1988

ÁREA INDÍGENA URUEU-WAU-WAU RONDÔNIA - 1988

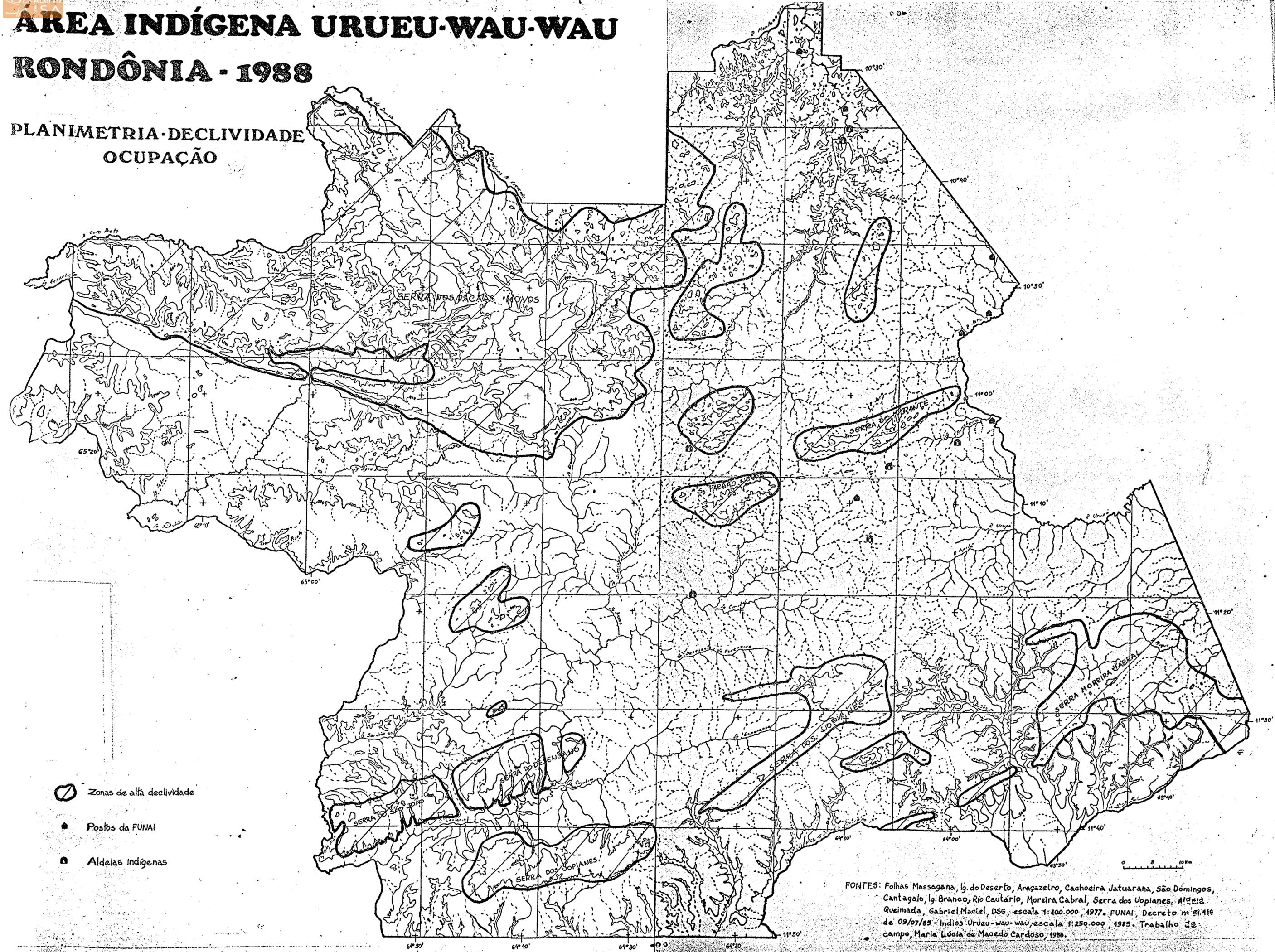
declividade · vegetação



ÁREA INDÍGENA URUEU-WAU-WAU

RONDÔNIA - 1988

PLANIMETRIA · DECLIVIDADE
OCUPAÇÃO



- Zonas de alta declividade
- Postos da FUNAI
- Aldeias Indígenas

FONTES: Folhas Massagana, Ig. do Deserto, Araçazelo, Cachoeira Jatuarana, São Domingos, Cantagalo, Ig. Branco, Rio Cautário, Moreira Cabral, Serra dos Uopianes, Aldeia Queimada, Gabriel Maciel, DSG, escala 1:100.000, 1977. FUNAI, Decreto nº 81.116 de 09/07/85 - Índios Urueu-wau-wau, escala 1:250.000, 1975. Trabalho de campo, Maria Lúcia de Macedo Cardoso, 1988.

ORG. M. Lúcia de M. Cardoso - 1988